

# 3 Notas metodológicas

## 3.1 Demonstrações financeiras e rácios económico-financeiros

Neste capítulo são apresentados os conceitos subjacentes aos indicadores de balanço, demonstração dos resultados e demonstração de fluxos de caixa que figuram nos QS. Estes indicadores foram construídos tendo como referência os normativos contabilísticos vigentes.

A partir destes conceitos, os QS disponibilizam um conjunto alargado de rácios económico-financeiros, que são apresentados na Subsecção 3.1.4<sup>18</sup>.

### 3.1.1 Balanço

A informação do balanço permite analisar a situação patrimonial das empresas à data do fecho de contas (que, regra geral, coincide com o final do ano civil).

O modelo de balanço proposto nos QS procura harmonizar e conciliar os diferentes enquadramentos no plano dos normativos contabilísticos em vigor ao longo do período de divulgação dos dados. Assim, por um lado, procura harmonizar os diferentes normativos contabilísticos vigentes durante o período (recorde-se que até 2009 vigorava o Plano Oficial de Contabilidade – POC), mitigando diferenças concetuais e de apresentação da informação. Por outro, procura harmonizar os diferentes enquadramentos previstos no âmbito do normativo contabilístico atualmente em vigor (Sistema de Normalização Contabilística – SNC), que propõe diferentes modelos de relato, consoante o enquadramento das entidades num dos regimes previstos (microentidades, pequenas entidades e entidades do designado “regime geral”).

Na primeira parte do balanço surgem as rubricas do ativo, com uma divisão entre ativo não corrente e ativo corrente. Na segunda parte surgem as rubricas de capital próprio, seguidas das rubricas de passivo, também divididas entre passivo não corrente e passivo corrente (Figura I.3.1)<sup>19</sup>.

**Figura I.3.1 • Estrutura das rubricas do balanço**



<sup>18</sup> No formulário de indicadores, disponível no Anexo 1, encontram-se as definições de cada indicador, bem como as respetivas fórmulas.

<sup>19</sup> O modelo de balanço disponível nos quadros do setor é apresentado no Anexo 2.

Os **ativos correntes** incluem, em linhas gerais, os ativos potencialmente realizáveis, vendidos ou consumidos no decurso do ciclo operacional normal da empresa, ou num período não superior a doze meses, após a data do balanço. Estes ativos incluem ainda os ativos detidos para negociação e caixa, ou equivalentes de caixa, cuja troca ou uso não estejam limitados no âmbito desse mesmo período. Todos os outros ativos são **ativos não correntes** e incluem, designadamente, ativos não financeiros de longo prazo, como os ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento.

Os **passivos correntes**, por sua vez, incluem os passivos liquidáveis no decurso do ciclo operacional normal da empresa ou num período não superior a doze meses, após a data do balanço. Incluem também os passivos detidos para negociação e outros passivos, para os quais não exista um direito incondicional de diferir a liquidação para um período superior. Todos os outros passivos são **passivos não correntes**.

O conceito de **ciclo operacional**, presente nas definições de ativos e passivos correntes, identifica-se com o tempo que decorre entre a aquisição de ativos para a produção, a venda de bens e/ou fornecimento de serviços e a sua realização em caixa e seus equivalentes. Nos casos em que a duração do ciclo operacional não é facilmente determinável, assume-se que a sua duração é de doze meses. Por tal facto, o conceito de corrente inclui os inventários e clientes, no caso dos ativos, e os fornecedores, no caso dos passivos, mesmo que possam vir a ser realizados ou liquidados num prazo superior a doze meses.

As definições apresentadas integram a Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 1 – “Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras” do SNC, não dispensando, no entanto, a leitura do texto original.

### 3.1.2 Demonstração dos resultados

A demonstração dos resultados reúne informação sobre a atividade desenvolvida pelas empresas em cada exercício económico, identificando os rendimentos e os gastos (Figura I.3.2) que contribuíram para a formação dos resultados (Figura I.3.3).

O modelo de demonstração dos resultados proposto nos QS procura harmonizar e conciliar os distintos enquadramentos no plano dos normativos contabilísticos em vigor ao longo do período de divulgação dos dados. Assim, por um lado, procura harmonizar os diferentes normativos contabilísticos vigentes durante o período, mitigando diferenças concetuais e de apresentação da informação. Por outro, procura harmonizar os diferentes enquadramentos previstos no âmbito do normativo contabilístico atualmente em vigor (SNC).

Adicionalmente, adota-se uma estrutura de apresentação dos gastos e rendimentos globalmente distinta dos modelos previstos nesses normativos, dando origem à apresentação de indicadores adicionais<sup>20</sup>.

Os indicadores adicionais foram selecionados considerando a sua relevância para a análise económico-financeira das empresas, nomeadamente: indicadores relacionados com operações comerciais com o mercado externo (compras e vendas e serviços prestados ao exterior); o total de

<sup>20</sup> A estrutura completa da demonstração dos resultados disponível nos quadros do setor pode ser consultada no Anexo II.2.

rendimentos e de gastos; e outras rubricas, como a produção e os consumos intermédios. São ainda incluídos indicadores de resultados que não constam dos modelos contabilísticos, nomeadamente o valor acrescentado bruto (VAB), a margem bruta, o resultado de exploração, o autofinanciamento e o autofinanciamento operacional. Estes indicadores permitem assim isolar, na análise do desempenho da empresa, as atividades de exploração e comparar os seus resultados com os que incorporam outras componentes (financeiras, de financiamento e fiscais).

Figura I.3.2 • Estrutura de rendimentos e gastos

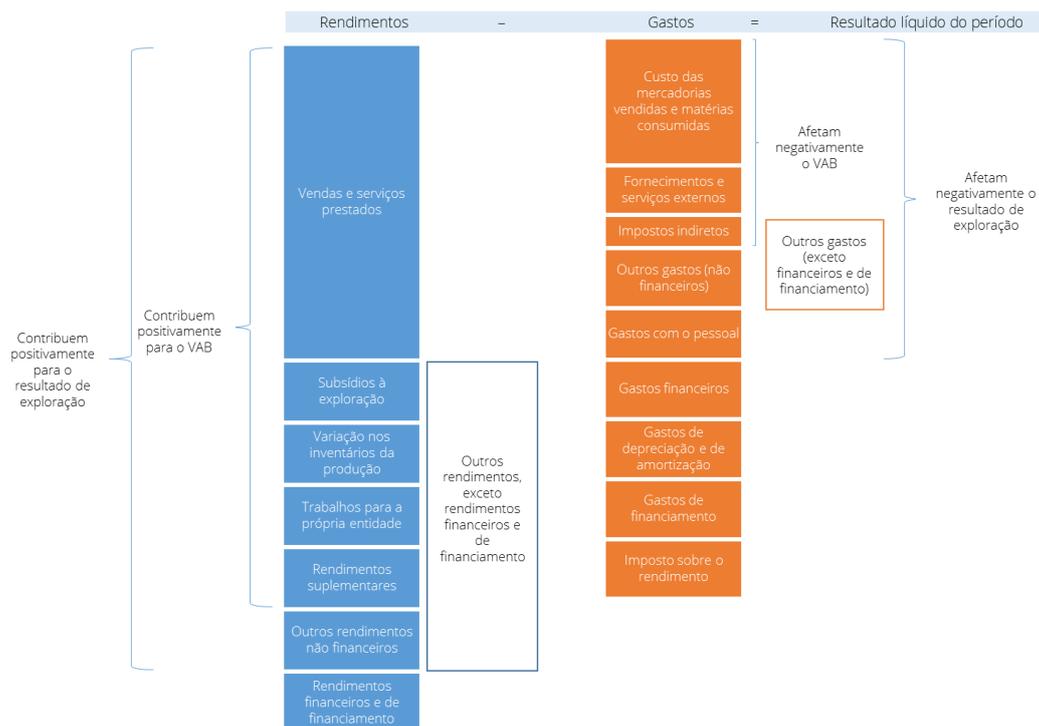
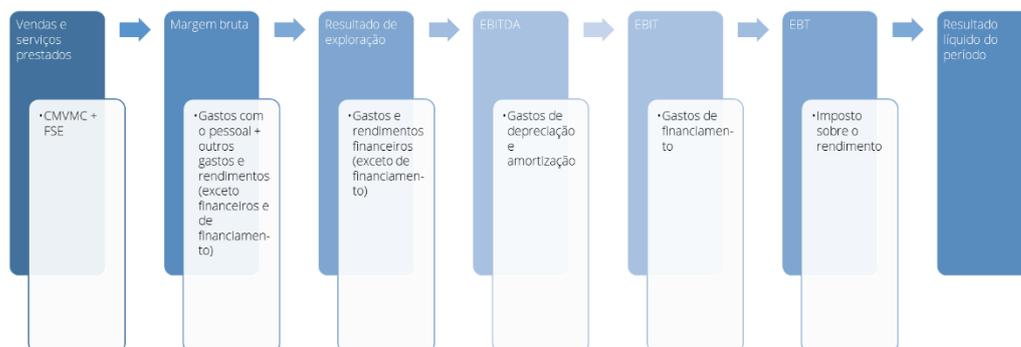


Figura I.3.3 • Estrutura da demonstração dos resultados



Na demonstração dos resultados, a **margem bruta** corresponde às vendas e serviços prestados deduzidos do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) e os fornecimentos e serviços externos (FSE).

O **resultado de exploração** corresponde ao resultado que decorre das operações de produção e venda de bens e/ou fornecimento de serviços que constituem o objeto da atividade da empresa. Não inclui, por isso, os rendimentos e os gastos relacionados com as restantes atividades das empresas (financeiras, de financiamento e fiscais). Contudo, engloba, para além da produção e dos consumos intermédios outros rendimentos e gastos obtidos em atividades mais diretamente associadas com esse objeto, nomeadamente:

- Gastos com o pessoal;
- Gastos e rendimentos que resultam do reconhecimento de perdas ou ganhos (líquidos) de valor dos ativos relacionados com a atividade produtiva (por exemplo, as imparidades de dívidas a receber de clientes por estimativas de “não recebimento” dos valores em dívida e os ajustamentos de valor dos inventários);
- Gastos e rendimentos líquidos que resultam da estimativa de perdas futuras (tais como as provisões para processos judiciais em curso);
- Outros rendimentos e gastos não associados às atividades financeiras e de financiamento, não incluindo, por exemplo, os ganhos e perdas derivados de investimentos e outras aplicações financeiras e os custos associados à obtenção de financiamento alheio (juros).

Tratando-se de um resultado determinado previamente à obtenção do EBITDA (resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos), o resultado de exploração exclui, para além de todos os rendimentos e gastos que resultam das atividades financeiras e de financiamento, os gastos de depreciação e amortização e os impostos sobre o rendimento.

O **EBITDA** corresponde ao resultado das atividades de exploração e das atividades financeiras das empresas, incluindo, assim, rendimentos e gastos derivados dos investimentos e outras aplicações financeiras, as mais-valias ou menos-valias geradas com a venda de ativos de natureza financeira e os dividendos obtidos.

O **EBIT** (resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos) é determinado após o EBITDA, tendo em consideração o efeito dos gastos líquidos de depreciação e de amortização, que correspondem ao registo contabilístico da estimativa da perda de valor dos ativos não correntes das empresas que ocorre principalmente através do seu uso.

O **EBT** (resultado antes de impostos) considera os efeitos resultantes dos gastos de financiamento, não incluídos no EBIT e que igualmente não foram incluídos na determinação do EBITDA. Engloba, assim, todos os rendimentos e gastos das empresas, com exceção do imposto sobre o rendimento do período.

O **resultado líquido** do período é determinado após o EBT, considerando, por fim, o imposto sobre o rendimento do período. Corresponde, assim, à diferença entre todos os rendimentos obtidos e todos os gastos suportados pelas empresas durante o exercício económico, representando o valor líquido (contabilístico) que a empresa obteve do conjunto das atividades desempenhadas.

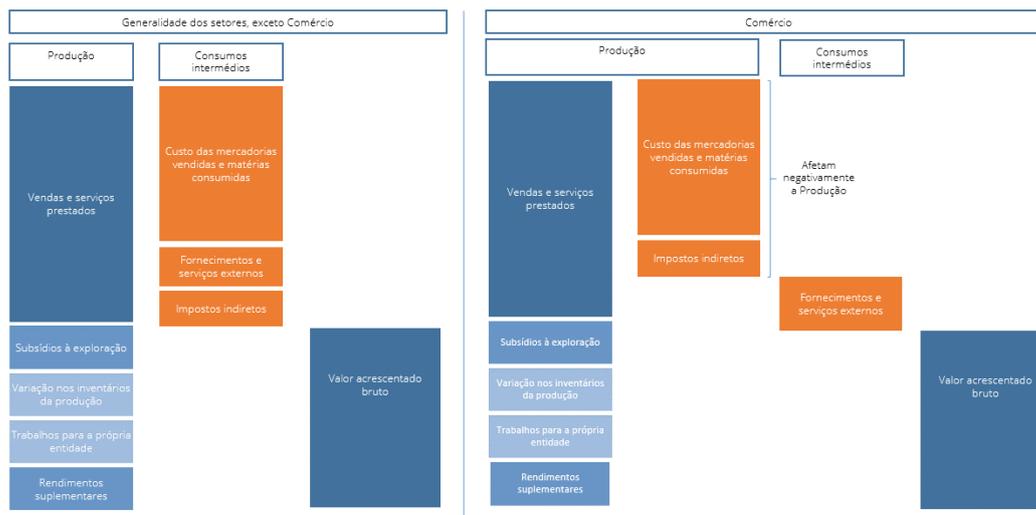
Adicionalmente, o **valor acrescentado bruto (VAB)** (Figura 28) corresponde à diferença entre a produção e os consumos intermédios, e equivale à riqueza gerada pelas empresas durante o período. A produção e os consumos intermédios são determinados da seguinte forma:

- Para a generalidade dos setores, exceto o setor do comércio, o conceito de produção compreende o volume de negócios, os subsídios à exploração, os trabalhos para a própria entidade, a variação nos inventários da produção e os rendimentos suplementares; por seu

lado, os consumos intermédios incluem os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, os fornecimentos e serviços externos e os impostos indiretos;

- No caso específico do setor do comércio, a produção compreende o volume de negócios, os subsídios à exploração, os trabalhos para a própria entidade, a variação nos inventários da produção e os rendimentos suplementares, deduzidos já dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas e impostos indiretos; os consumos intermédios incluem, assim, especificamente os fornecimentos e serviços externos.

**Figura I.3.4 • Valor acrescentado bruto**



O **autofinanciamento** representa o resultado líquido das empresas ajustado de alguns movimentos contabilísticos. Trata-se de um indicador habitualmente utilizado como aproximação dos fluxos de caixa, na medida em que exclui do resultado líquido do período os impactos de movimentos que com maior probabilidade não se converteram em caixa ou equivalentes de caixa.

O **autofinanciamento operacional** corresponde a um detalhe do autofinanciamento, que integra apenas as componentes dos resultados mais diretamente ligadas à atividade de exploração das empresas.

### 3.1.3 Fluxos de caixa

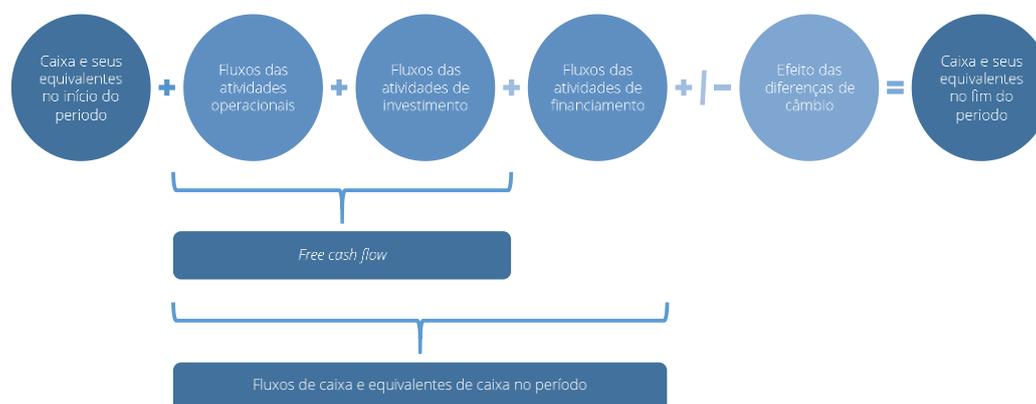
Os fluxos de caixa identificam os fluxos financeiros (caixa ou equivalentes de caixa) gerados ou consumidos pelas atividades das empresas (atividades operacionais, de investimento e de financiamento) (Figura I.3.4).

A demonstração dos fluxos de caixa integra, no SNC, o conjunto completo de demonstrações financeiras, sendo igualmente uma demonstração obrigatória para as entidades que utilizam as normas internacionais de Contabilidade (NIC). Algumas entidades no âmbito do SNC não se encontram, no entanto, abrangidas pela obrigatoriedade de reporte da demonstração dos fluxos de caixa, nomeadamente as microentidades e as pequenas entidades que optem pela utilização destes regimes.

Tendo presente tal limitação, o modelo apresentado nos QS não corresponde à demonstração de fluxos de caixa prevista no normativo contabilístico nacional em vigor (Sistema de Normalização Contabilística), sendo apresentado um quadro abreviado<sup>21</sup>. Tal facto deve-se sobretudo às limitações associadas ao processo de obtenção de dados para as empresas não sujeitas ao reporte obrigatório da demonstração de fluxos de caixa no âmbito do SNC. O apuramento desta informação resulta assim da conjugação de dois procedimentos distintos:

- Utilização direta dos dados reportados pelas empresas que reportam a demonstração dos fluxos de caixa, com qualidade, no quadro de demonstração de fluxos de caixa da declaração IES (entidades do vulgarmente designado “regime geral” do SNC e entidades que utilizam as NIC);
- Para as restantes empresas, utilização de uma metodologia de cálculo baseada nas rubricas de rendimentos e gastos da demonstração dos resultados e na variação das rubricas do balanço (microentidades e pequenas entidades no âmbito do SNC).

**Figura I.3.5 • Estrutura da demonstração de fluxos de caixa**



As componentes que constituem a demonstração de fluxos de caixa apresentada nos QS são definidas da seguinte forma:

- Os **fluxos das atividades operacionais** relacionam-se com os fluxos resultantes das operações habituais da empresa, bem como das atividades que não sejam as de investimento ou de financiamento; incluem, entre outros, os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e ao pessoal;
- Os **fluxos das atividades de investimento** relacionam-se com a aquisição e alienação de ativos a longo prazo e outros investimentos que não sejam considerados equivalentes de caixa; incluem, designadamente, os fluxos relacionados com a compra e venda de ativos não correntes, tais como ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, propriedades de investimento e investimentos financeiros, bem como os fluxos por rendimentos derivados da detenção das referidas participações (como juros e dividendos);

<sup>21</sup> O modelo da demonstração dos fluxos de caixa apresentado nos quadros do setor pode ser consultado no Anexo I12.

- O **free cash flow** inclui os fluxos que resultam da atividade operacional e de investimento das empresas, representando o fluxo de caixa disponível, gerado pelas atividades operacionais e líquido da atividade de investimento;
- Os **fluxos das atividades de financiamento** relacionam-se com as atividades que têm como consequência alterações no capital próprio e nos financiamentos obtidos pela empresa; incluem, a título de exemplo, os fluxos provenientes de financiamentos obtidos, amortizações de capital e os custos relacionados com estes, bem como os fluxos provenientes de realizações e reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio e o pagamento de dividendos aos sócios ou acionistas;
- Os **efeitos das diferenças de câmbio** não representam fluxos de caixa ou equivalentes de caixa; estes constituem ganhos ou perdas não realizados, resultantes de alterações do valor de moeda estrangeira registada no período e que serve de conciliação entre o valor de caixa e seus equivalentes entre o início e o fim do período.

Estas definições (com exceção do *free cash flow*) refletem as definições apresentadas na Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 2 – “Demonstração dos Fluxos de Caixa” do SNC, não dispensando a leitura do texto original.

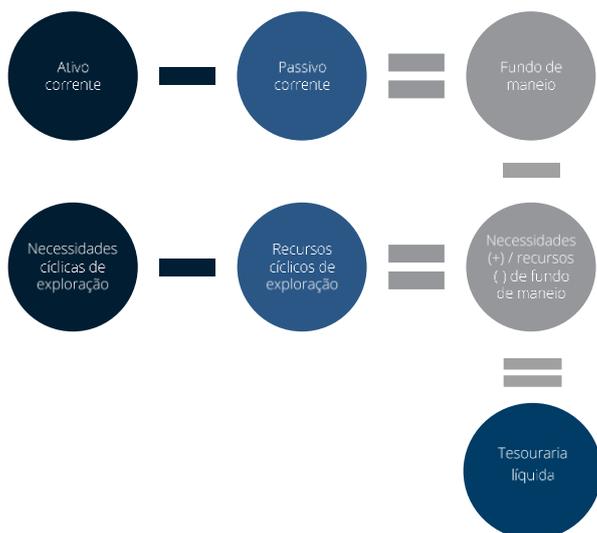
De referir que os fluxos de caixa se baseiam no regime de caixa, ou seja, quantificam os fluxos, por referência ao momento da produção dos seus efeitos financeiros e não, estritamente, ao momento da produção dos efeitos económicos. O balanço e a demonstração dos resultados, contrariamente, baseiam-se no regime do acréscimo, que pressupõe que os efeitos das transações e de outros acontecimentos sejam reconhecidos quando eles ocorrem (e não quando os movimentos de caixa, ou seus equivalentes, sejam recebidos ou pagos), sendo registados nos períodos com os quais se relacionem. Estes envolvem fluxos de caixa, mas também o reconhecimento das obrigações de pagamento e dos recursos que serão recebidos no futuro.

A informação dos fluxos de caixa constitui, assim, um instrumento adicional de análise aos indicadores do balanço e da demonstração dos resultados disponíveis, permitindo conciliá-los (nomeadamente, por comparação entre os rendimentos e gastos gerados e as alterações da posição financeira).

A informação de fluxos de caixa é ainda complementada por um conjunto de indicadores de equilíbrio financeiro, que são tradicionalmente utilizados na análise económico-financeira, em particular no contexto da gestão da tesouraria empresarial.

A relação entre os indicadores de equilíbrio financeiro e a forma como são obtidos encontra-se ilustrada na Figura I.3.5.

Figura I.3.6 • Esquema dos indicadores de equilíbrio financeiro



A **tesouraria líquida** resulta da diferença entre o fundo de maneiio e as necessidades (positivas) ou recursos (negativos) de fundo de maneiio: se a diferença for positiva, significa que existe um excedente de tesouraria, depois de financiadas as atividades de exploração; se a diferença for negativa, então existe uma insuficiência de recursos para financiar a atividade.

O **fundo de maneiio** corresponde à diferença entre os ativos correntes e os passivos correntes e encontra-se associado à identificação do nível de liquidez geral. Assim, um valor positivo para este indicador identifica que os ativos com maior grau de liquidez são suficientes para a cobertura dos passivos com menor grau de maturidade (o contrário, se negativo).

As **necessidades (+) ou recursos (-) de fundo de maneiio** correspondem a um indicador de liquidez mais restrito, uma vez que se encontra diretamente associado aos ativos e passivos correntes de exploração. Obtém-se pela diferença entre as necessidades cíclicas de exploração e os recursos cíclicos de exploração.

As **necessidades cíclicas de exploração** contemplam os ativos afetos às atividades de exploração, os inventários e os créditos concedidos a clientes (por vendas e prestações de serviços efetuados e ainda não recebidos) e os impostos a recuperar. Os **recursos cíclicos de exploração** contemplam passivos correntes associados às atividades de exploração, as dívidas aos fornecedores (aquisições de bens e de serviços ainda não liquidados) e os impostos a pagar.

Uma diferença positiva entre estes dois indicadores corresponde ao valor que a empresa necessita para o financiamento das suas atividades de exploração, isto é, tem necessidades de fundo de maneiio, uma vez que os passivos de exploração são inferiores aos ativos necessários às atividades de exploração. Uma diferença negativa indicia, contrariamente, que os passivos de exploração estão a financiar as atividades de exploração, logo a empresa apresenta recursos de fundo de maneiio.

### 3.1.4 Rácios económico-financeiros

Os rácios económico-financeiros apresentados cobrem um conjunto diverso de categorias. Estas permitem efetuar uma análise bastante completa da empresa e/ou do agregado.

Os rácios dos QS e QES foram agrupados de acordo com a estrutura descrita abaixo.

1. **Estrutura do ativo:** os rácios económico-financeiros deste conjunto decompõem as diversas rubricas do ativo em termos do seu **peso no total do balanço**. Estes indicadores permitem identificar as componentes do ativo mais ou menos significativas para uma dada empresa ou agregado num dado período, permitindo verificar em que tipo de ativos estão a ser aplicados os recursos obtidos, ou gerados.

A soma das diversas rubricas (Figura I.3.7), para os valores médios do setor ou o valor da empresa, corresponde a 100%.

Figura I.3.7 • Esquema da estrutura do ativo



2. **Fontes de financiamento:** estes rácios decompõem as diversas rubricas do capital próprio e do passivo, em termos do seu **peso no total do balanço**. Em complemento aos indicadores de estrutura do ativo, os rácios deste conjunto permitem compreender as fontes de financiamento que assumem, em cada período, mais relevância para uma determinada empresa ou agregado. Designadamente, é possível identificar se uma empresa recorre mais a capitais próprios ou alheios e, no caso dos capitais alheios, se estes são principalmente remunerados (financiamentos obtidos) ou não remunerados (por exemplo, créditos comerciais). Neste sentido, estes rácios permitem avaliar o grau de dependência financeira das empresas face a terceiros.

A soma das diversas rubricas, para os valores médios do setor ou o valor da empresa, corresponde a 100% (Figura I.3.8).

Figura I.3.8 • Esquema da estrutura das fontes de financiamento



3. **Composição dos financiamentos obtidos:** a análise dos capitais alheios remunerados (financiamentos obtidos) é relevante para as empresas, na medida em que permite aferir riscos e os potenciais efeitos de alavancagem, provenientes desta fonte de financiamento. Neste sentido, os rácios económico-financeiros deste conjunto pretendem complementar a informação sobre a dívida remunerada, decompondo as suas diversas rubricas em termos do seu **peso no total dos financiamentos obtidos**. Assim, permitem identificar se as empresas que se financiam através de capital alheio remunerado recorrem de forma mais relevante aos empréstimos bancários e de sociedades financeiras ou aos recursos provenientes de participadas ou participantes.

A soma das diversas rubricas, para os valores médios do setor ou o valor da empresa, corresponde 100% (Figura I.3.9).

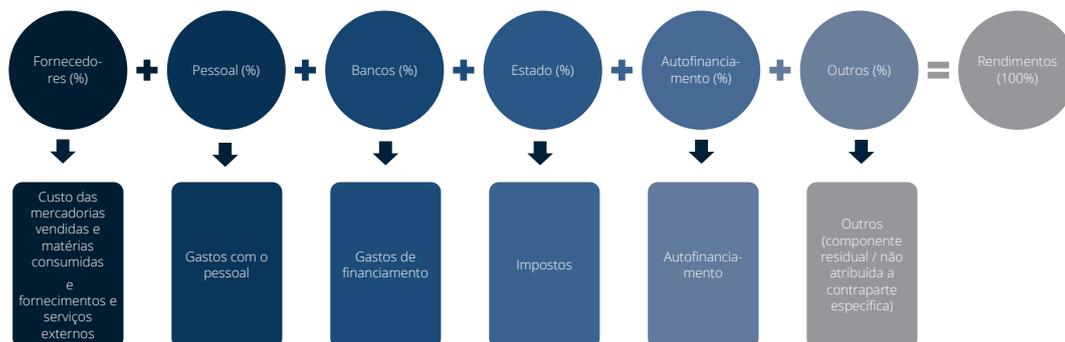
Figura I.3.9 • Esquema da composição dos financiamentos obtidos



4. **Repartição dos rendimentos:** os rácios económico-financeiros deste conjunto pretendem identificar a forma como os rendimentos gerados pela empresa ou agregado são utilizados (distribuídos) pelas diversas contrapartes com que se relaciona, bem como a parcela deste rendimento que não é distribuída (tendencialmente retida na empresa ou passível de posterior distribuição aos sócios/acionistas). As entidades especificamente identificadas na repartição dos rendimentos são os fornecedores, o pessoal, os bancos (incluindo sociedades financeiras e outros financiadores) e o Estado. As diversas rubricas propostas para este conjunto são apresentadas em termos do seu **peso no total dos rendimentos**.

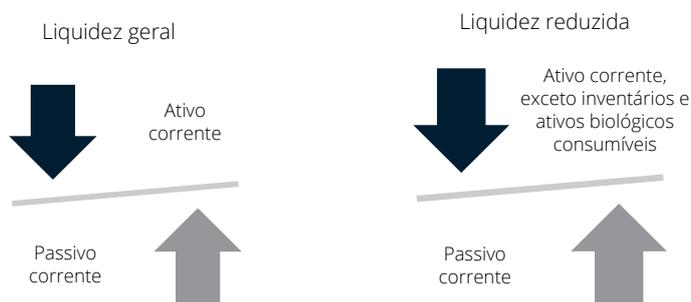
A soma das diversas rubricas, para os valores médios do setor ou o valor da empresa, correspondem a 100%. A Figura I.3.10 ilustra os indicadores que integram este conjunto, bem como as componentes da demonstração dos resultados que se encontram associadas a cada um dos indicadores apresentados.

Figura I.3.10 • Esquema da repartição dos rendimentos



5. **Rácios de liquidez:** os rácios de liquidez permitem avaliar a capacidade das empresas para cumprir as suas obrigações correntes com base nos ativos também correntes. São apresentados dois indicadores de liquidez: a liquidez geral, que identifica a relação entre os ativos correntes e os passivos correntes; e a liquidez reduzida, que se diferencia do anterior pelo facto de excluir os inventários e ativos biológicos consumíveis (ativos tendencialmente de menor liquidez) do total de ativos correntes (Figura I.3.11).

Figura I.3.11 • Esquema dos rácios de liquidez



6. **Atividade:** os rácios de atividade procuram traduzir a forma como as empresas gerem a sua atividade, em particular, a forma como é conduzida a gestão de tesouraria e de inventários através da análise dos prazos médios. Os indicadores de prazos médios incluem três âmbitos de análise de gestão da atividade, nomeadamente, a análise dos prazos médios de recebimentos, de pagamentos e de rotação dos inventários. Adicionalmente, é fornecido um indicador que resulta da combinação dos três últimos, designado de duração líquida do ciclo de exploração. Este indicador representa o prazo médio que as empresas levam desde à aquisição e eventual transformação dos inventários até à sua venda, passando pelos influxos de caixa relacionados (recebimento da venda e pagamento das compras de bens e serviços). A Figura I.3.12 ilustra a forma como a duração líquida do ciclo de exploração é obtida a partir da combinação dos indicadores de prazos médios.

Figura I.3.12 • Duração líquida do ciclo de exploração



7. **Financiamento:** os rácios de financiamento complementam os indicadores relativos às fontes de financiamento, permitindo uma análise mais completa dos recursos alheios da empresa, tendo em conta os seus passivos remunerados e possibilitando uma análise da importância relativa de tais passivos, do custo do financiamento e do seu impacto nos resultados. Neste sentido, estes indicadores podem ser encarados como rácios complementares aos indicadores de análise de risco, designadamente por permitirem identificar a capacidade de geração do EBITDA, por parte das empresas, para fazer face, quer aos financiamentos obtidos, quer aos gastos provenientes desta fonte de financiamento.
8. **Rendibilidade:** os rácios de rendibilidade relacionam os resultados gerados pelas empresas com os recursos patrimoniais utilizados, permitindo avaliar, por um lado, a capacidade da empresa para remunerar os seus investidores e, por outro, a eficiência das empresas na formação dos resultados.

Neste conjunto apresenta-se também a decomposição da rentabilidade dos capitais próprios segundo o modelo multiplicativo, através do qual são identificados os impactos das diferentes áreas de atividade das empresas (exploração e financeira, financiamento e fiscal) na formação da rentabilidade. A Figura I.3.13 ilustra a relação entre os referidos indicadores.

**Figura I.3.13 • Decomposição da rentabilidade dos capitais próprios**



9. **Indicadores de risco:** este conjunto de indicadores compreende indicadores que expressam, em cada período, a percentagem de empresas em potencial situação de risco, quer pela sua estrutura financeira, quer pela capacidade de gerar recursos positivos. Para o efeito são apresentados quatro indicadores:
- (1) Empresas com EBITDA negativo;
  - (2) Empresas com gastos de financiamento superiores ao EBITDA;
  - (3) Empresas com capital próprio negativo;
  - (4) Empresas com resultado líquido negativo.